

Ano VIII
Edição 85



Janeiro 2003

FENACON em

S E R V I Ç O S

contabilidade • assessoramento • perícias • informações • pesquisas

Publicação Mensal da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas dirigida a empresários de prestação de serviços - Valor Unitário - R\$ 2,50



Justiça tributária vetada

Último ato: FHC anula dispositivos da MP 66 aprovada pelo Congresso, retirando benefícios de micros e pequenas empresas. Entre eles, o que estende o Simples para as empresas de serviços contábeis e outros 10 segmentos econômicos

IV Enescap Centro-Oeste/Norte
reúne 250 pessoas em Manaus

Contribuição
Sindical 2003
31 de janeiro é o
prazo final

Sindicatos das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas filiados à FENACON

SESCAP - Acre

Pres.: *Sergio Castagna*
Av. Getúlio Vargas, 130, sala 205 - Centro
69900-660 - Rio Branco/AC
Tel.: (68) 223.6942
castagnasergio@aol.com

SESCON - Alagoas

Pres.: *Anastácio Costa Mota*
R. Dr. Albino Magalhães, 185
57050-080 - Maceió/AL
Telefax (82) 336.2210
sesconal@matrixt.com.br
www.fenacon.org.br/sescon-al

SESCAP - Amapá

Pres.: *Aluísio Pires de Oliveira*
Rua Professor Tostes, 1282, Santa Rita
68906-480 - Macapá - AP
Telefone: (96) 222.0434
sescap_ap@uol.com.br

SESCON - Amazonas

Pres.: *Wilson Américo da Silva*
R. Monsenhor Coutinho, 485 - sala 3 - Centro
69010-110 - Manaus/AM
Tel.: (92) 231.1090
sesconam@uol.com.br
www.fenacon.org.br/sescon-am

SESCON - Apucarana

Pres.: *Alicindo Carlos Moroti*
Rua Osvaldo Cruz, 341 - Centro
86800-720 - Apucarana - PR
Tel. (43) 422.3913
aprogramacao@onda.com.br

SESCON - Bahia

Pres.: *Fernando César Passos Lopo*
Av. Antonio Carlos Magalhães, 2573 - 12º andar, sl. 1205/1206 - Candeal de Brotas - 40289.900 - Salvador/BA
Telefax. (71) 452.4082/9945
sesconba@terra.com.br

SESCON - Blumenau

Pres.: *Carlos Roberto Victorino*
R.15 de novembro, 550 - Sl 1009
89010-901 - Blumenau/SC
Telefax. (47) 326.0236 / 326.3401
sesconblumenau@flynet.com.br

SESCON - Caxias do Sul

Pres.: *Moacir Carbonera*
R. Italo Victor Bersani, 1134
95050-520 - Caxias do Sul/RS
Tel. (54) 228.2425 - Fax: (54) 222.7825
sescon@cic-caxias.com.br

SESCON - Ceará

Pres.: *Urubatam Augusto Ribeiro*
Av. Washington Soares, 1.400 - sl. 401
60811-341 - Fortaleza/CE
Tel.(85) 273.4341
Fax: (85) 273.5083
sesconce@baydenet.com.br
www.sescon-ce.com.br

SESCON - Distrito Federal

Pres.: *Elizer Soares de Paula*
SHC Sul, Qd. 504, Bloco C,
Loja 64, Subsolo
70331-535 - Brasília/DF
Tel.: (61) 226.1269 / 226.1248
sescondf@sescondf.org.br
www.fenacon.org.br/sescon-df

SESCON - Espírito Santo

Pres.: *Luiz Carlos de Amorim*
R. Quintino Bocaiuva, 16, s. 903
29010-903 - Vitória/ES
Tel. (27) 3223.4936 / 3223.3547
sescon@sescon-es.org.br
www.sescon-es.org.br

SESCON - Goiás

Pres. *Edson Cândido Pinto*
Av. Goiás, 400 - 6º and. - Sl. 67 - Centro
74010-010 - Goiânia - GO
Telefax: (62) 212-4477
sescngo@ih.com.br
www.fenacon.org.br/sescon-go

SESCON - Grande Florianópolis

Pres.: *Walter Teófilo Cruz*
R. Felipe Schmidt, 303, 9º andar, Centro
88010-903 - Florianópolis/SC
Telefax: (48) 222.1409
sescon@floripa.com.br
www.sesconfloripa.org.br

SESCON - Londrina

Pres.: *Paulo Bento*
R. Senador Souza Naves, 289 - sobreloja
86010-914 - Londrina / PR
Telefax. (43) 3329.3473
sescon@sercomtel.com.br
www.sesconlnda.org.br

SESCON - Maranhão

Pres. *Gilberto Alves Ribeiro*
Av. Gerônimo de Albuquerque, s/nº - sala 201
Retorno do Calhau - Casa do Trabalhador
65051-200 - São Luís / MA
Telefax: (98) 3082.7972 / (98) 3082.7976
sescon_ma@uol.com.br
www.elo.com.br/sescon

SESCON - Mato Grosso do Sul

Pres.: *Laércio José Jacomélli*
Rua Elvira Pacheco Sampaio, 681
79071-030 - Campo Grande - MS
Telefax: (67) 387.6094 / 387.5489
sesconms@terra.com.br
www.fenacon.org.br/sescon-ms

SESCON - Mato Grosso

Pres.: *João dos Santos*
R. São Benedito, 851 - 1º andar
78010-800 - Cuiabá - MT
Tel. (65) 623.1603 / Fax. 321.4831
sesconmt@terra.com.br
www.fenacon.org.br/sescon-mt

SESCON - Minas Gerais

Pres.: *João Batista de Almeida*
Av.Afonso Pena, 748 - 24º andar
30.130-003 - Belo Horizonte/MG
Telefax.: (31) 3273.7353
sescon@sescon-mg.com.br
www.sescon-mg.com.br

SESCON - Pará

Pres.: *Carlos Alberto do Rego Correa*
Av. Presidente Vargas, 640 - 5º andar
Sala 01 - Campina
66017-000 - Belém/PA
Telefax: (91) 212.2558
sesconpa@nautilus.com.br
www.fenacon.org.br/sescon-pa

SESCON - Paraíba

Pres.*Aderaldo Gonçalves do Nascimento Jr.*
R. Rodrigues de Aquino, 267 - sala 703
58013-030 - João Pessoa/PB
Telefax (83) 222.9106
sesconpb@jrcontag.jpa.com.br
www.fenacon.org.br/sescon-pb

SESCAP - Paraná

Pres.: *Valdir Pietrobon*
R.Marechal Deodoro, 500 - 11º andar
80010-911 - Curitiba/PR
Telefax (41) 222.8183
sescap-pr@sescap-pr.org.br
www.sescap-pr.org.br

SESCON - Pernambuco

Pres.: *Almir Dias de Souza*
R. José Aderval Chaves, 78 Sls 407/408
51110.030 - Recife/PE
Telefax: (081) 3327.6324 / 3327.4321
sesconpe@truenet.com.br
www.fenacon.org.br/sescon-pe

SESCON - Piauí

Pres.: *Tertulino Ribeiro Passos*
Av. José dos Santos e Silva, 2090,
sala 201, Centro
CEP 64001-300 - Teresina/PI
Tel.: (86) 221-9557 / 222-6337
sesconi@analisecontabilidade.com.br

SESCON - Ponta Grossa

Pres. *Luiz Fernando Saffraider*
R. Comendador Miró, 860 - 1º andar
84010-160 - Ponta Grossa/PR
Tel. (42) 222.1096 - Fax: (42) 222.5040
sesconpg@uol.com.br

SESCON - Rio de Janeiro

Pres.: *José Augusto de Carvalho*
Av. Presidente Vargas, 542 - sl.1906
20071-000 - Rio de Janeiro/RJ
Tel. (21) 2233.8868 - Fax. (21) 2233.8899
sesconrj@terra.com.br
www.fenacon.org.br/sescon-rj

SESCON - Rio Grande do Norte

Pres.: *Edson Oliveira da Silva*
R. Segundo Wanderley, 855-B, sala 122,
Barro Vermelho
59030-050 - Natal/RN
Tel.: (84) 201.0708
sescon.rn@uol.com.br

SESCON/ Rio Grande do Sul

Pres.: *Tadeu Saldaña Steimer*
R. Augusto Severo, 168
90240-480 - Porto Alegre - RS
Telefax: (51) 3343.2090
sescon-rs@sescon-rs.com.br
www.sescon-rs.com.br

SESCON - Roraima

Pres.: *Maria de Fátima Bezerra da Silva*
Av.Getúlio Vargas, 687-W -
Centro/Anexo
69301.030 - Boa Vista/RR
Telefax. (95) 623.0724
fatima@technet.com.br

SESCON - Santa Catarina

Pres.: *Vilson Wegener*
Av. Juscelino Kubitschek, 410 - bl.B - sl.306
89201-906 - Joinville/SC
Telefax (47) 433.9849/1131
sesconsc@sesconsc.org.br
www.sesconsc.org.br

SESCON - São Paulo

Pres.: *Carlos José de Lima Castro*
Av. Tiradentes, 960 - Ponte Pequena
01102-000 - São Paulo - SP
Telefax: (11) 3328.4900 / 3328.4909
sesconsp@sescon.org.br
www.seson.org.br

SESCON - Sergipe

Pres.: *Wladimir Alves Torres*
R. Siriri, 496 - sl. 4 - 1º andar
49010-450 - Aracaju/SE
Telefax (79) 214.0722 / 213.7058
sesconse@infonet.com.br
www.infonet.com.br/sesconse

SESCON - Sul Fluminense

Pres. *Fulvio Abrami Stagi*
R. Orozimbo Ribeiro, 14, 2º and., Centro
27330-420 - Barra Mansa - RJ
Telefax (24) 3323.8318
sesconsul@uol.com.br

SESCON - Tocantins

Pres.: *Antônio Luiz Amorim Araújo*
ACNO I - Lote 20 - Cj 3 - Sl 25
77013.020 - Palmas/TO
Telefax (63) 215.3395
audicon.to@terra.com.br

Empresário de Serviços, entre em contato com seu sindicato através de e-mail. É mais fácil, rápido e econômico.
Critique, reivindique, opine, faça sugestões aos seus dirigentes. Eles querem trabalhar por você, em defesa de sua empresa.

Atualizado em 20.12.2002



FENACon

R. Augusta, 1939 - Cjs 42 e 43
01413.000 - São Paulo - SP
Telefax (11) 3063.0937

Diretoria da Fenacon 2001/2003

Presidente

Pedro Coelho Neto

Vice-Presidente - Região Sudeste
Antônio Marangon

Vice-Presidente - Região Nordeste
José Geraldo Lins de Queirós

Vice-Presidente - Região Sul
Mário Elmir Berti

Vice-Presidente - Região Centro-Oeste/Norte
Antônio Gutenberg Moraes de Anchieta

Diretor Financeiro
Horizon Donizett Faria de Almeida

Diretor Administrativo
Roberto Wuthstrack

Diretor Institucional
Haroldo Santos Filho

Diretor de Eventos
José Roservaldo Evangelista Rios

Diretor de Assuntos Legislativos e do Trabalho
Sauro Henrique de Almeida

Diretor de Tecnologia e Negócios
Nivaldo Cleto

Suplentes
José Eustáquio da Fonseca
Luiz Valdir Slompo de Lara
Anastácio Costa Mota
Maciel Breno Schiffler
Orival da Cruz
Cleodon de Brito Saraiva
Izabel Rodrigues Liipke
Carlos Alberto do Rego Correa
Leomir Antonio Minozzo
William de Paiva Motta

Conselho Fiscal

Efetivos
Jodoval Luiz dos Santos
José Carmelo Farias
Antonio José Papior

Suplentes
Irany Barroso de Oliveira Filho
Aluísio Beserra de Mendonça
Luis Carlos Freitas

Representação na CNC

Efetivos
Pedro Coelho Neto
Eliel Soares de Paula

Suplentes
José Augusto de Carvalho
Maria Elzira da Costa

Redação ♦ Assinaturas ♦ Anúncios

Revista Fenacon em SERVIÇOS

Rua Augusta, 1939 - Cj 42 e 43
Cep 01413-000 - São Paulo - SP

revistafenacon@fenacon.org.br

www.fenacon.org.br

Telefones (11) 3063.0937
3082.2218
3088-5774

FENACon em

Ano VIII - Edição 85

SERVIÇOS

Janeiro de 2003



Índice

■ espaço do leitor	04
■ palavra do presidente	05
. Votos à MP 66. Pifia despedida	
■ tributação	06
. Poderes em desacordo	
■ go around	10
. Juízo final	
■ comportamento	11
. Etiqueta empresarial: o fim dos embaraços	
■ IV enescap centro-oeste/norte	12
. Serviços no coração da floresta	
■ eventos	15
. XVI Congresso Mundial de Contabilidade	
■ livros	15
. Administração em tempos de globalização	
■ desenvolvimento pessoal	16
. O tempo passou tão rápido!	
■ internet	17
. Acesso à Internet de alta velocidade pode ter custos reduzidos	
■ tecnologia da informação	18
. Tecnologia remota na era digital	
■ campanha de contribuição sindical	20
. Categorias econômicas representadas pelos sindicatos filiados à Fenacon	
. Embasamento legal da contribuição sindical	
. Código de área dos sindicatos filiados	

expediente

A revista Fenacon em SERVIÇOS é uma publicação mensal da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas.

Impressão: Margraf Editora e Indústria Gráfica

Tiragem: 50 mil exemplares

Auditoria de Circulação: Vilas Rodil Auditores Independentes

Circulação: nacional - empresas de setores de serviços ligadas ao Sistema Fenacon, instituições de ensino superior, órgãos governamentais, representantes dos poderes legislativos e assinantes em geral.

Editor Responsável: André Luiz de Andrade

Direção de Arte e Diagramação: Marcelo A. Ventura

Conselho Editorial:

Pedro Coelho Neto

Antônio Marangon

Nivaldo Cleto

Mário Elmir Berti

Gerson Lopes Fonteles

Sérgio Approbato Machado

José Antonio de Godoy

Home Page: <http://www.fenacon.org.br>

espaço do leitor

Fome de Leão

O espectro do ‘Leão’ tem tirado o sono de muitos ‘ex-mico-empresários’ e principalmente causado constantes indignações dos contabilistas. Tenho acompanhado nos artigos publicados nas revistas da Fenacon e do Sescon as reclamações de colegas da fome arrecadadora da Receita Federal. Fazendo uso de medidas provisórias, esta vem criando mais e mais obrigações acessórias que, na maioria das vezes, arrecadam mais que as obrigações principais.

O princípio de que todos são inocentes até prova em contrário, não funciona diante do ‘Leão’. Este, primeiro devora sua presa para depois palitar os dentes com os seus ossos. No dicionário da ‘Fera’, prevalece sempre o dolo sobre a culpa. Isto é, todo contribuinte é sonegador, até prova em contrário. Não apresentou a DIPJ no prazo, multa nele, a DCTF, multa nele, a PJSI, multa nele, a DIRF, multa nele ... “Que festa!

Creio que, por uma questão de respeito ao contribuinte e diante da impossibilidade de reduzir a parafernálha de declarações, a Receita poderia notificá-lo para a apresentação da declaração pendente, partindo do princípio que a omissão fora involuntária, concedendo-lhe um prazo. Após o não cumprimento, impõe-se a penalidade.

Cabe aos órgãos representativos de todos os segmentos empresariais lutar contra essa situação. A Receita possui milhares de CNPJs de empresas, principalmente individuais, que já não existem há mais de 20 anos e que não podem ser cancelados, pois, na maioria dos casos, seus titulares não têm condições de manter suas famílias, quanto mais pagar multas injustas e principalmente indevidas. Que tal uma anistia?

J.R. Silva
São Paulo-SP
jairrsilva@ig.com.br

Multas

Venho expressar o meu repúdio sobre as pesadas multas impostas aos contribuintes, ou melhor, ao contador, pois é ele quem terá que pagá-las, principalmente a de R\$ 500 da DCTF e outras tantas. Que País é este

onde não se pode mais retificar espontaneamente qualquer erro sem ser penalizado e autuado? Errar é humano e não uma violação às leis.

Remi Haroldo Gleich
União da Vitória - PR
remigleich@uol.com.br

Contribuição Sindical

Prezado Pedro Coelho, quero primeiro parabenizá-lo pela incansável defesa da ética no exercício da contabilidade. Sou assinante dessa Revista e sua coluna é de leitura indispensável. Mas, o motivo desse contato é tirar uma dúvida sobre o tema abordado na edição de dezembro, em sua coluna. Pelo advento da Lei 9.317/96, acredito que as empresas inscritas no Simples da Receita Federal estão dispensadas dessa contribuição, conforme o parágrafo 4º do art. 3º da citada lei.

Já tive vários aborrecimentos com microempresas e empresas de pequeno porte que, por não pagarem essa contribuição sindical, ficaram impedidas até de homologar rescisões contratuais no sindicato da categoria e tiveram que se dirigir à Delegacia da Receita Federal. Diante disso, gostaria de saber a opinião da Fenacon sobre essa presumida dispensa da contribuição sindical para as empresas cadastradas no Simples, baseado no dispositivo acima citado.

Emmanuel de Souza
Superávit Contabilidade
Paulista - PE
superavit.contabilidade@ig.com.br

Pedro Coelho: Caro Emmanuel, obrigado pelas referências à RFS. O nosso entendimento é que as micros e as pequenas empresas estão obrigadas a recolher a Contribuição Sindical, pois em momento algum a Lei 9.317 envolveu essa contribuição que está prevista na CLT. A confusão se deve a uma Instrução Normativa editada pela SRF que estabeleceu estarem as empresas enquadradas no Simples dispensadas do recolhimento da Contribuição Sindical. Essa IN é flagrantemente inconstitucional, pois a Contribuição Sindical, além de não ser Imposto ou Contribuição Federal, não foi abrangida de forma explícita pelo Simples.

É devida, portanto, a CS, pelas micros e pequenas empresas optantes ou não pelo Simples.

Internet

Temos uma empresa numa região onde o acesso à Internet só pode ser feito ‘via Embratel’, onde o custo é alto. Como usar antenas para conexão à Rede?

Jeanette
jinterage@uol.com.br

Nivaldo Cleto: Prezada Jeanette, a solução para adquirir uma antena que possibilite o acesso via satélite você poderá encontrar no site: www.starone.com.br. Procure o link Starone EasyBand. Lembro que, no início dos anos 60, quando a televisão chegou ao Brasil, nas cidades do interior, as comunidades se juntavam para adquirir uma antena especial que possibilitasse o acesso aos canais de televisão. Quem sabe vocês podem utilizar a mesma solução, aplicando as novas tecnologias de acesso à web sem fio (wireless), dividindo os custos com outros colegas?

Viva a morte a cada dia!

Referente a matéria publicada na RFS, edição 83, gostaria de parabenizar o articulista Paulo Angelim. É uma pena que muita gente não tenha a oportunidade e o privilégio de ler essa excelente mensagem. Ela contém tudo que é necessário para o desenvolvimento do indivíduo, seja no âmbito profissional ou no pessoal. Considero uma obra-prima! Meus parabéns!

Constantino Giorno
CVR Administração e Assessoria Ltda.
giorno@rio.com.br

Revista Fenacon

Quero parabenizar a toda a equipe e principalmente o presidente Pedro Coelho Neto por estar sempre lutando em benefício da classe contábil e mantendo todos informados através desta revista fantástica, pois traz grandes assuntos para a nossa classe.

Francisco Cristiano Silva Feijão
Fortaleza - CE
feijaof@aol.com

Endereço de e-mails para esta seção: revistafenacon@fenacon.org.br

As mensagens somente serão publicadas com a devida identificação do leitor: Nome, Endereço Completo e Telefone.

Por motivos de espaço, a redação se reserva o direito de publicar de modo resumido o conteúdo das cartas e e-mails dos leitores.

Vetos à MP 66. Pígia despedida



Pedro Coelho Neto

Infelizmente, somos obrigados a concordar com aquela faixa empunhada por populares, dizendo 'Já vai tarde, FHC'. De fato, o governo do senhor Fernando Henrique usou e abusou de métodos inconfessáveis, na gana de chegar aonde queria. Foi competente, nas aparências. Do ponto de vista pessoal, desconhecemos quem tenha se saído melhor.

Sua fama de ícone da democracia globalizada, sua aura professoral e a imagem de estadista moderno foram vendidas, o tempo todo, sabe Deus a que preço. O sucesso externo impôs seu custo de sacrifícios internos. Do ponto de vista governamental, tudo leva a crer que seus objetivos de defesa intransigente dos interesses da 'elite' - que se julga dona do nosso País - , também foram atingidos com sucesso.

Analizando bem - a História há de comprovar -, seu governo notabilizou-se por seguidos recordes de arrecadação de impostos. Como lema perfeito, poderia ter adotado: 'Governar é cobrar imposto!' No apagar das luzes, acompanhamos, perplexos, o último ato do presidente, certamente sob a orientação dos 'especialistas' da Receita Federal, vetando inúmeros artigos da Medida Provisória 66. Eliminava, assim, benefícios ansiosamente es-

"Vemos essa traição como uma excelente oportunidade de os novos poderes Legislativo e Executivo mostrarem que o Brasil pode ser governado de maneira diferente, com seriedade e respeito ao diálogo e aos compromissos políticos assumidos"

perados pelas sofridas empresas brasileiras, dentre eles, a possibilidade de alguns segmentos prestadores de serviços, inclusive as empresas de contabilidade, optarem pelo Simples.

Esta, certamente, não foi a única vez que o governo FHC agiu, nas caladas da noite, de forma antiética em relação ao Congresso Nacional. Todos lembram da rasteira que foi dada por esse governo em relação ao Projeto de Lei n.º 6665. Rejeitado pelo Congresso, foi transformado, de maneira ardilosa, em Medida Provisória, cuidadosamente maquinada para garantir o intento de eliminação da cumulatividade do PIS/ Pasep, em detrimento, principalmente, das empresas prestadoras de serviços.

Realmente, foi uma despedida pígia essa do senhor Fernando Henrique Cardoso, submetendo-se, mais uma vez, às determinações dos seus patrões, encastelados nas montanhas de dólares que recebem, assistindo à derrocada de milha-

res de empresas no nosso País, pela sangria desenfreada de seus escassos recursos. Mas, nem tudo está perdido. Há males que poderão vir para o bem, desde que os nossos erros nos sirvam de lição.

Vemos essa traição como uma excelente oportunidade de os novos poderes Legislativo e Executivo mostrarem que o Brasil pode ser governado de maneira diferente, com seriedade e respeito ao diálogo e aos compromissos políticos assumidos.

A rejeição desses vetos aqui tratados deve ser uma questão de honra para o Congresso Nacional, pois acatá-los será a desmoralização dos acordos firmados, não só pelos que terminaram os seus mandatos, mas por muitos dos congressistas reconduzidos para continuarem representando o povo. Por sua vez, paira sobre o novo governo a acusação de que foi a seu pedido que se deram os nefastos vetos - o que seria um péssimo início de mandato, quando se apregoa a necessidade de um pacto por um Brasil decente.

Portanto, estamos convictos de que essa mancha nas relações Legislativo x Executivo será eliminada pelo espírito democrático do governo recém-empossado, servindo de recado a quem interessar possa de que, doravante, o que ficar acertado será respeitado.

Essa é a expectativa das centenas de milhares de empresas que foram prejudicadas pela insensata atitude e pelo injusto ato de um governo que jamais se preocupou em proteger as nossas pequenas e médias empresas, geradoras de riquezas para o nosso País e de empregos para o nosso povo. É hora de acertar o caminho do bom senso, da seriedade no cumprimento do trato político e de nos abrirmos ao diálogo, sob pena de perdermos a única coisa que ainda nos resta, a esperança.

Pedro Coelho Neto é presidente da Fenacon
pedrocoelho@fenacon.org.br

brasil político



Poderes em desacordo

FHC anula 26 dispositivos da MP 66, incluindo os que estendem a opção pelo Simples às empresas de serviços contábeis e reabrem o Refis. O relator, deputado Benito Gama, diz que os vetos do ex-presidente podem ser derrubados pelo Congresso



Inexplicável, incompreensível, incoerente. Esses são alguns dos adjetivos que podem ser usados para tentar definir a atitude do presidente Fernando Henrique Cardoso, ao vetar 26 artigos, parágrafos e incisos do Projeto de Lei de Conversão - PLC nº 31, de 2002 (MP nº 66/02), em seu último dia de governo. Entre os dispositivos, antigas reivindicações de segmentos de micros e pequenas empresas, como a possibilidade de opção pelo Simples e a reabertura do Refis.

A mensagem nº 1.243 enviada pelo ex-ministro chefe da Casa Civil, Pedro Parente, ao presidente do Senado Federal, no dia 30 de dezembro, pegou a todos de surpresa. Mas, o mais surpreendente foram a motivação e as justificativas apresentadas. O texto afirma que a decisão foi tomada após ouvidos o Ministério da Fazenda e a Equipe de Transição do governo Lula, citando que ambos “se manifestaram quanto aos dispositivos (...) vetados”. A mensagem ainda quantifica o rombo no orçamento do novo governo, em 2003, caso não houvesse os vetos. As perdas, calculadas pela SRF, seriam de mais de R\$ 3 bilhões.

A decisão de FHC não teria sido, portanto, ‘independente’. Ou seja, o executivo federal que sai e o que entra teriam afrontado, juntos, a decisão do Congresso Nacional. Espanto maior ainda é que o projeto de conversão foi aprovado, após exaustivos dois meses de negociações, entre lideranças de todos os partidos, incluindo as da base de sustentação de FHC e do PT. O

consenso alinhavado pelo então presidente da Casa, Aécio Neves, foi, em seguida, ratificado, sem ressalvas, pelo Senado.

Interesse público



Alguns dos vetos mais lamentados foram os do artigo 26, contra a possibilidade de opção pelo Simples por parte dos segmentos de empresas de serviços contábeis, auto-escolas, corretoras de seguros, lotéricas, agências terceirizadas dos correios, empresas de softwares, creches, pré-escolas, escolas de ensino fundamental e ensino médio, cursos profissionalizantes e de idiomas e estabelecimentos prestadores de serviços de saúde. Apenas as agências de viagem e turismo receberam o benefício fiscal.

A justificativa, bem conhecida no Brasil dos últimos 8 anos, foi a perda de arrecadação. “Os mencionados incisos foram introduzidos sem se levar em consideração a decorrente perda de arrecadação, tanto em relação aos tributos e contribuições administrados pela SRF, como as contribuições arrecadadas pelo INSS, da ordem de R\$ 1,4 bilhão ao ano”, citou a mensagem. Portanto, o artigo 26 seria conflitante com normas da Lei de Responsabilidade Fiscal, por comprometer o equilíbrio fiscal e, por consequência, desatender ao interesse público.

Incoerência

O curioso é que os mesmos argumentos de discriminação utilizados, há tempos, pelas empresas de serviços, de que a exclusão do Simples vai contra o dispositivo constitucional que estabelece a isonomia tributária, e de que a extensão do sistema fortaleceria as micros e pequenas empresas, diminuindo, inclusive, a informalidade, também foi usada, de certa forma, por revés, pelo Governo. Só que para justificar os vetos.

“Além da perda de arrecadação, a extensão do Simples às atividades de exercício de profissões regulamentadas permitiria que pessoas jurídicas fossem constituídas apenas sob a ótica formal, com o fim específico do tratamento fiscal privilegiado, sem qualquer proveito econômico ou social, inclusive de geração ou formalização de empregos, um dos pilares do Simples. Além disso, constituiria grave precedente, impondo que outras profissões regulamentadas também fossem admitidas”.

Refis

O alento para as empresas endividadas e sufocadas com as altas cargas tributárias também durou pouco. O projeto de conversão, em seu artigo 22, reabria, por 120 dias, a contar da data da publicação da lei, o prazo de opção ao



Foto: Bruno Stuckert



Para Benito Gama, os cortes foram uma quebra do acordo fechado entre o líder do PT, João Paulo Cunha, e o então líder do governo, Arnaldo Madeira



Programa de Recuperação Fiscal - Refis. A possibilidade aplicava-se inclusive às pessoas jurídicas que haviam sido excluídas do programa.

O artigo também permitia a inclusão no Refis dos débitos com vencimento até 30 de setembro de 2002. E, instituiu, alternativamente ao ingresso no Refis, a opção pelo pedido de parcelamento, em até 180 parcelas mensais, iguais e sucessivas, dos referidos débitos.

Todas essas vantagens foram vedadas sob o seguinte

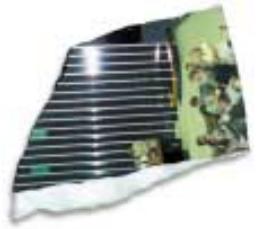
argumento: “Quanto à reabertura do prazo de opção pelo Refis, cabe registrar que a grande massa de excluídos nem impactaram na arrecadação mensal do programa, o que prova terem sido corretas as exclusões”.

O texto acrescenta ainda: “Dessa forma, a referida reabertura de prazo privilegiaria a inadimplência e implicaria grave injustiça para com aqueles que, não sem algum esforço, se mantiveram no programa, cabendo lembrar que, para tanto, tiveram que se manter regulares tanto em relação ao montante parcelado, mas, também, com os débitos correntes. Por outro lado, a instituição de parcelamento alternativo de cento e oitenta meses compromete o fluxo de arrecadação prevista”.

Negociações

Promovidos os vetos, o presidente da República, sancionou, no dia 30 de dezembro, a lei nº 10.637 (publicada no DOU, no dia 31), com o que sobrou do PLC nº 31, de 2002. A Minirreforma Tributária, que previa, em sua gênese, o fim da cumulatividade do PIS/Pasep, viria a se tornar a nova colcha de retalhos a ‘cobrir’ o Sistema Tributário Brasileiro.

Na verdade, nos últimos meses de 2002, o governo, enfraquecido, já parecia não apresentar poder de negociação e influência sobre o Congresso, tão evidentes, ao longo de seus dois mandatos. Dessa forma, abriu espaço para as negociações ‘livres’ entre os



Mastermaq



Foto: Bruno Stuckert



Pedro Coelho Neto: "defendemos interesses coletivos e jamais particulares"



Aécio Neves: dois meses de negociações para se chegar a um consenso



partidos no Legislativo Federal. Da negociação, o PT conseguiu sair com a renovação das alíquotas de 27,5% do IRPF e de 9% da CSLL, garantindo uma receita de R\$ 2,2 bilhões à União e de R\$ 900 milhões a Estados e municípios em 2003.

Mas, para isso, o PT teve que aceitar a inclusão de incentivos fiscais no PLC, há tempos reivindicados por segmentos de micros e pequenas empresas, como a ampliação do Simples para o setor de serviços. Condizente, inclusive, como o próprio discurso de posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que lembrou que foi eleito para realizar mudanças e fortalecer as pequenas e microempresas.

Vetos derrubados?

A expectativa agora é com relação à reação do Congresso contra os vetos de FHC à Minirreforma. Notícia publicada pela Agência Câmara (agência de notícias oficial da Câmara dos Deputados), no dia 3 de janeiro, destaca que o relator

da MP 66, deputado Benito Gama (PMDB-BA), espera que os vetos feitos pelo presidente FHC, em 30 de dezembro, sejam derrubados pelo Congresso. No entanto, essa possibilidade ainda não havia sido discutida pelo partido.

O texto ressalta que a derrubada só poderá acontecer depois do dia 15 de fevereiro, quando recomeçam os trabalhos do Legislativo, que se encontra em recesso. A agência repercute ainda a surpresa do deputado com a atitude do Governo FHC: "De acordo com Benito Gama, os cortes foram uma quebra do acordo fechado entre o líder do PT, deputado João Paulo Cunha (SP), e o então líder do Governo, deputado Arnaldo Madeira (SP)", cita a notícia.

Da mesma opinião, compartilha Pedro Eugênio, deputado federal pelo PT na última legislatura: "houve um acordo e nosso partido participou dele, entendo que ele deveria ser honrado". Mas Eugênio também esclarece não saber se houve ou não influência da equipe de transição no veto presidencial aos artigos do texto final da Minirreforma.

Contexto histórico

Os vetos do presidente Fernando Henrique Cardoso, mais do que anular dispositivos legais, conseguiram frustrar momentaneamente uma luta dos segmentos das empresas de serviços, por justiça

tributária, que já dura pelo menos 6 anos. Aquela que foi considerada a maior vitória - incluída no texto da MP 66 pelo relator Benito Gama -, a extensão do Simples para diversos setores de serviços, começou, em 1996.

Foi quando dirigentes de entidades contábeis, percebendo a necessidade de uma mobilização que mostrasse a força do setor, enquanto gerador de empregos e fonte de informações técnicas para questões tributárias, resolveram se unir e propor a criação do NPECT - Núcleo Parlamentar de Estudos Contábeis e Tributários. A entidade, idealizada pela Fenacon, teve o apoio de diversas entidades co-irmãs, como o Conselho Federal de Contabilidade, as Federações de Contabilistas, o Ibracon e a Audibra.

Algumas ações marcantes originadas do NPECT foram os seminários sobre reforma tributária e fiscal promovidos em todo o Brasil e as audiências públicas realizadas, na Câmara Federal, em Brasília, para tratar de temas como a ampliação do Simples e a instituição da GPS Eletrônica, e que sempre contaram com a participação de diversos parlamentares. "A sabedoria está em envolver estas pessoas (os deputados) no processo", afirma o deputado constituinte, José Maria Eymael, importante colaborador do Núcleo, então presidido pelo deputado Germano Rigotto (atual governador do RS).

De várias destas reuniões, participou o deputado Benito Gama que, assim como alguns de seus colegas, percebeu os exageros cometidos contra as empresas de serviços e se comprometeu que, tão logo tivesse a oportunidade, se empenharia em favor dos interesses da categoria. O momento surgiria algum tempo depois, com a nomeação de Gama para a relatoria da MP 66, a ser votada na Câmara.

Embate político

O embate político que começou logo após a eleição de Lula já demonstrava as dificuldades que envolveriam as negociações em torno da MP 66, que chegou a entrar e sair da pauta de votação por diversas vezes. Afinal, muitos interesses políticos e econômicos estavam em jogo. O PT de olho na arrecadação que poderia perder em 2003, o PFL, adotando já uma postura de oposição, criticava fortemente a manutenção dos 27,5% do IRPF, enquanto PMDB e PSDB reivindicavam compensações para o ICMS dos Estados.

Em meio a este cabo de guerra, a grande surpresa ficaria reservada para Benito Gama que, por conta própria, incluiu no texto final do projeto de conversão um artigo que previa a expansão do faturamento mínimo anual para que as empresas pudessem optar pelo Simples. Em um único golpe, o relator atendia duas reivindicações importantes das prestadoras de serviços: o aumento no número de empresas que poderiam optar pelo sistema simplificado de tributação

e, de quebra, a automática exclusão delas da nova sistemática de arrecadação do PIS/Pasep.

“O sistema tributário é uma trava estrutural na economia muito forte, na carga tributária e na burocracia”, explicava o relator à RFS, á época da aprovação do PLC na Câmara. “Na Comissão de Finanças lutamos o ano todo para implementar estas mudanças, mas sempre encontramos resistência da Receita e da Previdência. Como nós já tínhamos o Simples funcionando, o que fizemos foi só encaminhar as alterações”, contou Gama.

Na noite em que finalmente a MP foi para a votação, diversos deputados que historicamente sempre se posicionaram ao lado do setor de serviços, como Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP), Pedro Eugênio, e Augusto Nardes (PPB/RS), utilizaram as tribunas do plenário para lembrar a importância do setor, como gerador de empregos e de como a ampliação do Simples e a retomada do Refis eram importantes para a economia do País, dando o apoio que faltava para ratificar as alterações propostas.

Causa justa

Também à época da aprovação da MP 66, o presidente da Fenacon, Pedro Coelho Neto, destacava a vitória histórica obtida pelo setor de serviços, ressaltando “a correção da postura adotada pela entidade, ao defender interesses coletivos e jamais particulares, procurando aprimorar a legislação tributária em prol do crescimento dos segmentos produtivos e, indiretamente, do próprio Estado; e a constatação da existência, no Legislativo, de deputados efetivamente comprometidos em fazer o melhor pelo País”.

Mas também prenunciava as dificuldades que ainda estavam por vir: “a luta em defesa dos representados é a própria razão da existência dos sindicatos e federações. As demandas são muitas,

pois as empresas continuam sufocadas pela carga tributária e o Estado cada vez mais sedento por arrecadação. Isso exige uma constante vigilância em defesa da redução da carga tributária. Mas o que desejam todos os brasileiros e os setores produtivos é uma ampla Reforma Tributária que reduza a burocracia e amplie a base tributária. Obviamente, isto exigirá também uma Reforma Fiscal, pois, sem redefinir os gastos e as prioridades, dificilmente o País sairá deste sufoco permanente”.

Perspectivas

A perspectiva agora é com relação a postura que será tomada pelo novo Parlamento. Com a alteração de muitos quadros na Câmara, fica a preocupação quanto à manutenção do Núcleo para os desafios trazidos pelo ano que se inicia. Para José Maria Eymael, isto não chega a ser um problema, pois, com o empenho dos últimos anos, o setor contábil se tornou um daqueles com maior trânsito no Congresso.

“Houve um amadurecimento das lideranças do setor contábil. Descobriu-se que o segmento tinha a possibilidade de influenciar os congressistas positivamente e hoje este relacionamento passou a ser natural”, comenta, para, em seguida, acrescentar: “na política, ou se é sujeito do processo ou objeto. O setor contábil optou por ser sujeito”.

De fato, a tortuosa trajetória da MP 66 é a prova de que a participação no processo democrático exige mobilização e participação constantes. As únicas formas de transformar medidas originalmente adotadas contra os interesses da sociedade civil, em ações que beneficiem o País como um todo, gerando empregos, distribuindo renda e incentivando a democrática e saudável participação política. A derrubada dos vetos do ex-presidente FHC pode ser um bom começo para 2003.



José Maria Eymael: na política, segmento contábil optou por ser sujeito em vez de objeto

Foto: Alex Salim



Copan

Juízo final

Há aproximadamente uns três anos, resolvi criar em nossa empresa, para meu controle pessoal, uma pasta que deveria ser usada para guardar toda a sorte de pendências criadas, ao longo do ano, junto a instituições públicas e privadas, clientes, fornecedores e tudo o mais que pudesse representar um caso cuja solução seria de pouca ou nenhuma rentabilidade financeira, de longa duração e que, aparentemente, não se traduzisse em algo muito sério. A filosofia era: façamos primeiro o que vale a pena ser feito, deixando para depois as outras ocorrências.

No primeiro momento, todo mundo passou a ter mais tempo para cuidar dos assuntos presentes e rentáveis. A idéia teria sido brilhante, não fosse aquela visão agonizante e acinzentada que eu tinha, toda vez que dirigia o olhar para aquele canto da sala, em que ficava a tal pasta, cada dia mais robusta. Era só olhar pra lá e lembrar de cada caso que havia ficado pra trás, sem solução. Aquilo não me fazia nada bem.

Até que um dia desses, numa padaria nova do meu bairro, encontrei o Seu Valcy, antigo cliente (esporádico) de consultoria, que havia me pedido um estudo para um projeto que



Ilustração: Gonzalo Cárcamo

"Para a empresa, pendências como as que acumulávamos costumam trazer uma energia negativa para o ambiente de trabalho, exatamente como se fossem as más ações da corporação"

ele pretendia implementar, há exatos três anos, e que, coincidentemente, havia inaugurado a ‘pasta de pendências’. Por mais que eu tenha desejado o contrário, em menos de 10 minutos de conversa, o assunto surgiu: “...e aquele serviço que eu lhe pedi há três anos, você já fez? Era de graça, eu sei, mas o projeto vai ser bom para todos e vamos colocá-lo em prática imediatamente, só depende deste estudo...”. Que vergonha...!

Naquele mesmo dia, fui para o trabalho empolgado em encarar aquela famigerada pasta, criando um cronograma de cumprimento das pendências. Alguns casos, não tão simples como pareciam, exigiram reuniões mais demoradas com clientes, intensa negociação e, lamentavelmente, até algum prejuízo finan-



Haroldo Santos Filho

ceiro para a empresa. O estudo do Seu Valcy, é claro, foi o primeiro da lista, que entregamos em uma semana, deixando-o surpreso e satisfeito.

A crença cristã diz que haverá o dia do ‘Juízo Final’, quando você será julgado pelas coisas boas e más que fez em toda a sua vida. Analogamente, para a empresa, pendências, como as que acumulávamos, costumam trazer uma energia negativa para o ambiente de trabalho, exatamente como se fossem as más ações da corporação.

O que fizemos foi simular um juízo final, só que com a chance de limpar a nossa ‘ficha’, deixando todos muito mais leves de consciência e livres para desenvolver novas atividades, sem aquela terrível sensação de que tínhamos algo por fazer. Isso fez um bem indescritível e valeu a pena todo o trabalho que deu.

Agora, quando encontro o Seu Valcy, eu é que lhe pergunto como anda o tal projeto. A resposta, apesar de meio tímida, tem sido sempre a mesma: “...em andamento...”. Mesmo que este projeto nunca venha a sair do papel, o Seu Valcy, sem saber, já fez a sua boa ação, que mudou a vida da gente. No lugar daquela pasta, bem que poderíamos colocar a sua foto.

Haroldo Santos Filho é diretor Institucional da Fenacon
haroldo@fenacon.org.br

Cartonagem Fernandez

Etiqueta empresarial: o fim dos embaraços

Ninguém está livre de cometer gafes. Mas ficar atento a alguns detalhes de comportamento evita deslizes que, em determinadas situações, podem ocasionar 'prejuízos' irreversíveis. Afinal, para iniciar um bom negócio, nada como começar com uma boa impressão

Dúvidas sobre como se vestir ou se portar em determinadas situações sempre rondaram o ambiente empresarial, assim como os mal-entendidos durante os encontros de negócios. Visando evitar as mancadas que atacam das mais variadas formas, como os atrasos em reuniões ou o toque do celular na hora errada, muitas empresas resolveram apostar em uma técnica deixada de lado durante muitos anos: a etiqueta empresarial.

Para Bernt Entschew, presidente do grupo especializado em capital humano que leva seu nome, a lição mais importante da cartilha é se prevenir contra os embaraços. "Não existe almoço de negócios que comece bem quando um dos participantes chega atrasado. Por isso, ao ver que não chegará a tempo, sempre ligue avisando", aconselha. A troca do nome de pessoas, outra gafe muito comum, também pode ser remediada com um pouco de jogo de cintura, segundo Bernt. "O melhor a fazer é pedir desculpas e retomar a conversa da forma mais discreta possível", defende o *head hunter*.

Quanto à forma de vestir, a providência indicada para evitar constrangimentos em encontros formais é investigar o estilo dos outros participantes. José Alfredo Stratmann, diretor comercial da Geobusiness, uma empresa de geotecnologia, sabe a importância da imagem na hora do fechamento de um negócio. "Procuro seguir a linha do cliente na hora de me vestir. Caso ainda não o conheça, me preocupo apenas com os

detalhes, como o nó da gravata, por exemplo".

Atenção com o celular

As boas maneiras também recomendam que se cumprimente os integrantes de um encontro com simpatia e que estes sejam tratados da mesma forma, independente do cargo ou posição social. Em caso de atraso, os termos 'com licença' e 'me desculpem' são uma ótima maneira de acalmar os ânimos de quem

executivos que não podem se mostrar indisponíveis nem por um curto período de tempo. "Costumo deixar no modo silencioso. Assim não atrapalho o encontro e sei para quem devo retornar a ligação após seu término", confessa o diretor comercial.

Tempos de globalização

Outro enigma para os executivos é o atendimento aos clientes estrangeiros. "Pesquisar sobre a cultura do cliente, assim como seus costumes e tradições evita o confronto, mesmo que involuntário, de idéias", adverte Vera Lúcia do Amaral, consultora de Recursos Humanos do Grupo De Bernt. Escolher uma língua que seja comum a ambos diminui os riscos de uma inconveniência, como o uso de expressões que possam ofender o visitante.

Para Bernt, uma boa alternativa para escapar de situações constrangedoras é questionar o interlocutor sempre que surjam dúvidas que possam levar

a um deslize. "Não é deselegante perguntar ao cliente estrangeiro o que se deve ou não fazer. Deixe que ele decida onde comer e o que visitar", recomenda.

Regras à parte, a etiqueta tem hoje a complicada tarefa de facilitar as relações sociais e profissionais, tornando-as mais amistosas. De sinônimo de 'caretice', ela passou a uma poderosa ferramenta de trabalho na tentativa de acabar com o que, as vezes, parece indestrutível e irrecuperável no mundo dos negócios: a gafe.

Na internet: www.debernt.com.br



Ilustração: Gonzalo Cárcamo

teve de esperar a chegada do retardatário. Mascar chicletes, roer unhas, ou pior, bocejar incessantemente também são péssimos hábitos para um ambiente formal.

Já o celular, o grande vilão das reuniões, deve ser mantido desligado enquanto elas durarem. "Caso o profissional esteja esperando uma ligação importante, é recomendável que o restante do grupo já esteja avisado a respeito", opina Bernt. Stratmann, por sua vez, acredita que o vibrar do celular seja o aliado dos

Serviços no coração da floresta

Com o público recorde de 250 participantes, o IV Enescap Centro-Oeste/Norte, ocorrido entre os dias 27 e 28 de novembro, em Manaus, fecha com chave de ouro a série de encontros regionais promovidos, em 2002, pelo Sistema Fenacon

O último Encontro das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do ano transcorreu em clima de confraternização. Além das palestras, mereceu destaque o coquetel de abertura e o jantar de encerramento, ambos realizados no Hotel Tropical Manaus, local do evento. O tema central ‘Serviços como fator de desenvolvimento político, social e econômico’ deu o tom do encontro.

O presidente do Sescon/AM, Wilson Américo da Silva, em seu discurso de abertura, destacou que “a realização do IV Enescap é fruto do esforço de um grupo de pessoas que sustentam a crença de que, através do trabalho, é possível se discutir idéias, abordar assuntos novos e estabelecer rumos e metas para o segmento de serviços, que hoje representa a categoria que mais cresce no país”.

“Para nós, é de vital importância a sensibilização de todos os profissionais para as necessidades mais urgentes da sociedade, vindouras de um tempo de globalização, onde o mundo pode ser desnudado diante da tela de um computador. Essa sociedade exige rapidez

de respostas e excelência de serviços, sob pena de ficar o profissional, que assim não o faz, à margem das oportunidades”, ressaltou o anfitrião.

O presidente também lembrou que eventos como os Enescaps conseguem estabelecer parâmetros de crescimento, com a reciclagem de informações, onde os temas abordados visam o aprimoramento dos conhecimentos voltados para a ciência e a arte contábeis, através do diálogo direto com conceituadas autoridades da área.

“Somente com a especialização, que só é possível com a união das categorias profissionais, que se poderá fazer frente à competência, rapidez e especialização exigidas pelo mercado. E isso nos levou a trazer para o Amazonas um evento da magnitude do IV Enescap”, acrescentou o dirigente.

“Esperamos que todos os convidados, profissionais e estudantes levem às suas empresas e salas de aula, técnicas e instrumentos capazes de contribuir para sua formação como líderes e cidadãos, de-



Mesa de abertura do evento: esq. p/ a dir., o presidente do Sescon/MS e coordenador de Divulgação do evento, Laércio José Jacomélli, o presidente da Federação dos Contabilistas do Estado de São Paulo - Fecontesp, João Bacci, o vice-presidente da Fenacon (Região Centro-Oeste/Norte), Antônio Gutenberg Moraes de Anchieta, e os presidentes do CFC, Alcedino Gomes Barbosa, do Sescon/AM, Wilson Américo da Silva, da Fenacon, Pedro Coelho Neto, do CRC/AM, José Correa de Menezes, e do Sindcont/AM, Osmar Borges



Alcedino Gomes Barbosa profere a palestra ‘A estrutura da profissão contábil e sua grandiosidade’

senvolvendo seus negócios e estudos, com o objetivo de fortalecer o segmento das empresas de serviços no Brasil”, finalizou Américo.

Seriedade e profissionalismo

Na solenidade de abertura, o presidente da Fenacon, Pedro Coelho Neto, confessou preocupação pela realização do evento. “O Sescon/AM, recém-constituído, está começando suas atividades e sediar um encontro traz imensas



‘Ética e suas prerrogativas’ foi o tema apresentado por Gaitanno Laerte Antonaccio

dificuldades, pois necessita do apoio de empresas e entidades locais, além de liderar o trabalho de outras unidades regionais”.

Mas, para o presidente da Fenacon, o desafio foi vencido. Pedro Coelho parabenizou o Sescon/AM, na pessoa do presidente Wilson Américo da Silva, e toda a diretoria, que superaram os obstáculos, realizando, segundo ele, com maestria, “um evento realmente do tamanho do Amazonas, marcado pela seriedade e profissionalismo”. Pedro Coelho afirmou ainda que o Sescon/AM está começando com o ‘pé direito’ na representação de seus filiados, na seriedade de suas propostas e dedicação de sua diretoria.

Participação

O vice-presidente da Fenacon (Regiões Centro-Oeste/Norte), Antônio Gutenberg Moraes de Anchieta, ratifica a avaliação de Pedro Coelho. Gutenberg também chama a atenção para o fato de que, apesar das grandes distâncias que separam as capitais dos Estados, nas duas regiões brasileiras, o



Momento da exposição de Paulo Pegado sobre ‘Qualidade de vida auditada’

Fotos: arquivo Sescon/AM



Carlos Roberto Victorino falou sobre ‘Marketing em empresas de serviços’

Sistema Fenacon conseguiu promover o maior evento voltado para o setor de serviços já ocorrido em Manaus.

Além de quantidade; qualidade. Para o diretor de Eventos da Fenacon, José Roservaldo Evangelista Rios, o IV Enescap Centro-Oeste/Norte pode ser destacado, tanto por sua grandiosidade, como pela qualidade das discussões ocorridas ao longo dos dois dias de evento.

“Os empresários estão mais conscientes da necessidade da participação política. E o Enescap Centro-Oeste/Norte é um exemplo desse interesse”. Rios cita, como exemplo, o grande número de empresários e estudantes que também estiveram no estande da Fenacon em busca de informações sobre os trabalhos desenvolvidos pela federação e sindicatos filiados em prol do fortalecimento dos segmentos representados.

Programação técnica

Após a solenidade de abertura, aconteceu a palestra magna, sob o

Conselho de Representantes

Por ocasião do IV Enescap Centro-Oeste/Norte aconteceu, no dia 26 de novembro, no Hotel Tropical Manaus, a 85ª reunião de diretoria da Fenacon. No dia 27, na parte da manhã, os presidentes dos sindicatos filiados, diretores da federação e convidados participam da segunda Assembléia Ordinária do ano do Conselho de Representantes da Fenacon.

Neste mesmo dia, à tarde, foi realizado ‘Seminário de Integração do Conselho de Representantes’. A programação foi composta, entre outras atividades, de reuniões com os vice-presidentes regionais e discussão do Plano de Trabalho da diretoria da Fenacon para o ano de 2003.



Foto: arquivo pessoal Nivaldo Cleto

Família reunida: lideranças do Sistema Fenacon juntas para a última foto do ano, em Manaus

DP Comp

IV enescap centro-oeste/norte

tema ‘A estrutura da profissão contábil e sua grandiosidade’, proferida pelo presidente do CFC. Alcedino Gomes Barbosa é empresário contábil, diretor da Vectra Consultores, com sede em Goiânia, contador e advogado especializado nas áreas de Direito Tributário e Penal Tributário. Ele discorreu sobre a grandiosidade de uma das profissões mais organizadas do mundo, analisando perspectivas, mercado de trabalho e qualificação profissional.

O advogado e técnico em Contabilidade, diretor da Associação Comercial do Amazonas e membro efetivo da Academia Brasileira de Ciências Contábeis, Gaitanno Laerte Antonaccio, apresentou o tema ‘Ética e suas prerrogativas’. Antonaccio, que é ainda autor de livros de auto-ajuda, discutiu o Código de Ética dos Contabilistas e a ética como fator integrante da sociedade humana.

Sob o tema ‘Marketing em empresas de serviços’, o presidente do Sescon/Blumenau, Carlos Roberto Victorino,

contador e consultor de empresas, discorreu sobre o marketing e a avaliação da imagem da empresa, atmosfera e ambiente de trabalho. Mostrou ainda como detectar as necessidades do cliente e avaliar a concorrência.

Qualidade de vida

Formado em Medicina Preventiva e Gestão de Qualidade e atuando ainda como consultor de programas corporativos de gestão de saúde e desenvolvimento da qualidade pessoal, o palestrante Paulo Pegado incitou uma reflexão sobre o conceito de qualidade de vida. Fazendo um balanço das variáveis que determinam o risco de adoecimento

e o não aproveitamento das conquistas, trabalhou sobre o conceito de qualidade de vida, saúde e produtividade, indicando os meios para a auto-análise.

A palestra final ficou a cargo do contador Renato Francisco Toigo, mestre em Contabilidade e Controladoria, professor universitário e membro titular da cadeira de Contabilidade Tributária e Contabilidade Comercial. Toigo fez com que os empresários, profissionais e estudantes presentes tentassem avaliar o processo produtivo sob a luz da logística de produção, metodologia inovadora na contabilidade que, segundo ele, revolucionará o trabalho do contabilista.

Foto: arquivo Sescon/AM



O palestrante Renato Toigo, à esq., com o pres. do Sescon/PI, Tertulino Ribeiro Passos

Colaborou: Márcia Regina Coimbra

Galeria de imagens



Foto: Arquivo Sescon/AM

Presenças marcantes: esq. p/ dir., os pres. do CFC, Alcedino Gomes Barbosa, da Fenacon, Pedro Coelho Neto, do Sescon/AM, Wilson Américo da Silva, o vice-pres. do sindicato, José Luiz Silva, e André Luiz Américo, delegado do CRC/SP, em Araçatuba



Auditório sempre lotado durante os dois dias de evento



Foto: arquivo pessoal Nivaldo Cleto

Sul, Sudeste, Norte e Nordeste: esq. p/ dir., o diretor de Tecnologia e Negócios da Fenacon, o empresário contábil paulista Nivaldo Cleto, os pres. do Sescap/PR, Valdir Pietrobon, e do Sescon/RR, Maria de Fátima Bezerra da Silva, e o diretor de Eventos da federação, o empresário contábil baiano, José Roservaldo Evangelista Rios



Foto: arquivo pessoal Nivaldo Cleto

Momento de descontração: esq. p/ a dir., o vice-pres. do Sescon/RS, Luiz Carlos Bohn, os pres. dos Sescons de Caxias do Sul, Moacir Carbonera, de SP, Carlos Castro, e de MG, João Batista de Almeida, e o pres. da Fenacon, Pedro Coelho Neto



No IV Enescap, a cultura do Estado representada pela beleza da mulher amazonense



Estandes sempre concorridos nos intervalos das palestras do IV Enescap Centro-Oeste/Norte



Salão lotado para o jantar de confraternização, após a solenidade de encerramento do IV Enescap

XVI Congresso Mundial de Contabilidade

O Brasil foi representado por uma comitiva de cerca de 35 pessoas no XVI Congresso Mundial de Contabilidade, que aconteceu na cidade de Hong Kong - China, entre os dias 19 e 21 de novembro. Representando a Fenacon, participou do evento, o presidente da entidade, Pedro Coelho Neto.

Pelo Sescon/SP, esteve presente, o presidente Carlos Castro, e, pela Aescon/SP, o vice-presidente, Antônio Marangon. A delegação ainda contou com a participação do presidente do CFC, Alcedino Gomes Barbosa, e do conselheiro José Martônio Alves Coelho, entre outros representantes do Sistema CFC. O congresso teve como tema central: “O conhecimento adquirido baseado na economia e na contabilidade”.

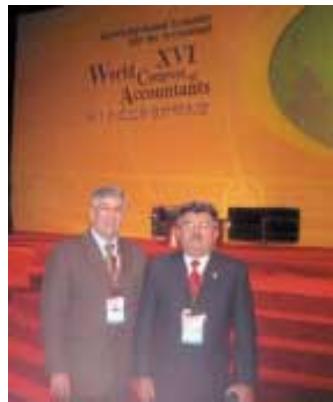


Foto: arquivo pessoal Antônio Marangon

À dir., o pres. da Fenacon, Pedro Coelho Neto, acompanhado pelo vice-presidente da entidade, Antônio Marangon, em Hong Kong

Administração na era da globalização



Os administradores do novo milênio começam a enfrentar situações inimagináveis, o que reforça a necessidade da aplicação de conceitos básicos a problemas novos. Para ajudar nessa tarefa, foi lançado o livro ‘Administração - princípios e tendências’.

Os primeiros capítulos privilegiam uma concepção mecanicista das organizações, sem excluir os enriquecimentos proporcionados pelas inovações recentes na administração. A partir do sexto capítulo, a preocupação foi priorizar as formas modernas de administrar, além de incorporar os pensamentos dos autores mais recentes.

A obra tem como objetivo proporcionar sólida base aos que se iniciam no assunto, sobre a qual possa ser edificado um conjunto de conhecimentos úteis. Alia a teoria à prática, traz exemplos e aplicações, proporcionando uma visão abrangente e integrada de como são utilizados os principais conceitos estudados.

Título: ‘Administração - princípios e tendências’

Autores: Francisco Lacombe e Gilberto Heilborn

Editora: Saraiva (www.saraiva.com.br)

Páginas: 560

Preço: R\$ 75,00

Exactus



Paulo Angelim

O tempo passou tão rápido!

Talvez você já tenha ouvido alguém falar ou mesmo já tenha soltado a seguinte afirmação: "Nossa, como o tempo passou rápido!". É lógico que você e eu sabemos que as horas e minutos são os mesmos, independentemente do dia ou da situação vivida. Um minuto sempre terá 60 segundos e uma hora terá sempre 60 minutos. Mas, então, como explicar a sensação que temos de que o tempo passa mais rápido ou mais devagar? Antes de explicarmos e vermos como isso afeta a sua performance, imaginemos os seguintes casos:

- 1) Tome o elevador do prédio onde você mora ou de um edifício comercial e suba ou desça olhando atentamente para os números dos andares. Agora, faça a mesma experiência, só que lendo alguma coisa interessante: um jornal ou um livro. Em qual das duas situações o elevador custou mais para chegar ao andar desejado?
- 2) Pare em um semáforo e, olhando atentamente para ele, espere que o mesmo mude para o verde. Em outra oportunidade, pare no semáforo e, lendo uma reportagem interessante, espere que o mesmo mude para o verde. Em qual das duas situações o semáforo levou mais tempo para mudar?
- 3) Por fim, imagine-se sentado sozinho em uma praia ou à beira de um lago, olhando para o horizonte. Marque em seu cronômetro uma hora. Na mesma praia ou lago, repita a experiência - só que desta vez acompanhado de alguém interessante - e passe todo o tempo em uma rica e prazerosa conversa. Muito bem, em qual das duas situações o tempo passou mais depressa?

É muito provável que em todos os casos acima citados o tempo passe mais rápido no segundo cenário sugerido, correto? Então, qual seria a explicação

"O grande segredo para tornar sua vida vibrante e ativa é envolver-se com atividades onde você possa colocar seu coração e sua mente"

para o fenômeno, se o tempo é o mesmo em qualquer dos casos? A resposta mais óbvia seria dizer que em todos os segundos cenários você estaria envolvido em algo, fazendo algo, e não apenas esperando o desenrolar dos fatos ou fazendo nada, como sugerido nos primeiros cenários. Parece ser isso, mas não é essa a explicação.

Se a resposta fosse essa, como explicaríamos o fato de tantas pessoas sentirem-se entediadas, sem ver o tempo passar, mesmo quando estão em plena atividade, só que em trabalhos que não gostam de fazer? Ou então, por que o tempo parece não passar quando estão fazendo o que gostam, só que absolutamente desestimuladas, desmotivadas? A resposta é simples: não estão usando o



Ilustração: Gonzalo Cárcamo

tempo com qualidade, nem colocando qualidade no tempo que usam.

O grande segredo para tornar sua vida vibrante e ativa, fazendo o tempo passar rápido, é envolver-se com atividades onde você possa colocar seu coração e sua mente. Enquanto estiver realizando

atividades onde somente o seu corpo está presente, mas sua mente vagueia pelos lugares ou situações onde você gostaria de realmente estar e seu coração (emocional) se sente abatido e triste, simplesmente as horas não passarão.

Todo esforço será visto como um sacrifício e o que poderia ser uma experiência prazerosa e gratificante torna-se entediante; algo muito parecido com o que chamamos de 'trabalho'. O segredo para o tempo passar rápido está em fazer o que gosta, mas também e principalmente aprender a gostar do que faz. E isso você só conseguirá dando dois passos simples:

- 1) Primeiro, defina uma meta clara de crescimento profissional para a sua vida, um sonho a ser alcançado onde você vislumbre sua realização pessoal;
- 2) Depois, compreenda que o que você está fazendo agora lhe deixa cada dia mais próximo de sua grande meta, quer seja pelo incremento de seu conhecimento e aperfeiçoamento de suas habilidades - se já estiver trabalhando em sua área fim -, quer seja pela conquista da independência financeira, que lhe permitirá, em breve, recomeçar no caminho que lhe levará finalmente à realização de seus sonhos.

Se hoje você não tem nenhum dos dois pontos acima, certamente as horas não passam, o tempo demora. E o pior você já sabe bem: esse tempo 'mal' passado não volta mais, é irrecuperável. Será que vale a pena viver assim? Certamente não! Então mude, comece a fazer o que gosta e a gostar do que faz e veja o tempo voar. Sinta aquela sensação que temos quando fazemos algo no qual estamos plenamente envolvidos e soa o apito final, denunciando que o tempo acabou. Aí, solte aquele prazeroso: "Já, mas foi tão rápido!".

Paulo Angelim é arquiteto, pós-graduado em marketing, palestrante especializado nas áreas de marketing, vendas e motivação
pauloangelim@uol.com.br

Acesso à Internet de alta velocidade pode ter custos reduzidos

Uma onda crescente de ações na Justiça vem questionado a cobrança dobrada para acesso à Internet em banda larga. Atualmente, paga-se para as companhias telefônicas e para os provedores de acesso, cobrança que pode estar ferindo o Código do Consumidor

Por Márcio Sampaio de Castro

Era dia 14 de maio de 2002. Enquanto abria suas correspondências, o empresário e advogado Renato Fernandes Baccaro levava um susto. Era uma notificação da companhia Telefônica para que ele contratasse os serviços de um dos provedores de acesso à Internet conveniados a ela. Após onze meses utilizando a conexão de banda larga, fornecida pela companhia de telefonia, Baccaro se viu subitamente obrigado a dobrar seus custos com a chamada Internet veloz, com a contratação dos serviços de um provedor.

“Se durante quase um ano eu usei a banda larga sem necessidade de um provedor, por que deveria adotá-lo a partir daquele momento? Foi a primeira pergunta que me fiz”, conta o empresário. Casando seus conhecimentos jurídicos com o domínio da informática - Baccaro é proprietário do site de consultoria e informações fiscais e tributárias Tributário.com - tomou a decisão de interpelar a companhia. Primeiro pelos canais de atendimento ao cliente, depois pelas vias judiciais. Neste momento, ele percebeu que não estava só.

A AABUSAR - Associação Brasileira dos Usuários de Acesso Rápido à Internet é uma entidade formada desde o ano 2000 e que inicialmente lutava somente por uma melhora na qualidade dos serviços de acesso rápido. Após diversas reclamações de seus usuários, passou a encabeçar um movimento contra o pagamento destes dois serviços prestados, de uma única vez, mas duplamente cobrados.

A posição da Anatel

Atualmente, existem diversas ações tramitando na Justiça contra a Telefônica

e outras empresas de telefonia que oferecem serviços de banda larga em outras regiões brasileiras, que não o Estado de São Paulo (a Agência Nacional de Telecomunicações não soube dimensionar a quantidade de ações, quando questionada pela RFS).

A Anatel, enquanto reguladora dos serviços de telefonia, se justifica explicando que a Lei Geral de Telecomunicações (9472/97), em seus artigos 60 e 61, define o que seriam as atribuições das companhias de telefonia, proibindo-as de prestar um serviço adicionado, ou seja, atuar como provedora de acesso à Internet.

Ademais, explica a agência governamental, através de sua assessoria de imprensa: “não é a tecnologia de banda larga que faz a transmissão dos dados, é necessário um computador do outro lado para procurar os endereços eletrônicos. A única maneira de mudar a classificação da Internet como serviço adicionado seria através de uma mudança da legislação”. Com base nestas argumentações, a Anatel baixou a Resolução 190 que proíbe terminantemente as companhias de telefonia de atuarem na área de provimento de acesso à web.

A posição da Justiça

A verdade é que o custo médio de um acesso à banda larga na Região Sudeste gira em torno de R\$140,00, fora o aluguel do modem, dividindo-se estes valores entre provedor e companhia telefônica. Mas os consumidores não estão sozinhos nesta briga por custos mais acessíveis. Em despacho datado de junho de 2001, o ministro do Supremo Tribunal de Justiça, José Delgado, afirma não considerar o



Ilustração: Marcelo A. Ventura

serviço de provedor como serviço adicionado e sim como uma atividade de telecomunicação.

Procurada pela RFS, a Telefônica se defende alegando, a exemplo da Anatel, tratarem-se de serviços distintos e, portanto, de valores adicionados. Versão frontalmente questionada por outra instituição de peso, o IDEC - Instituto de Defesa do Consumidor. Para o seu assessor jurídico, Marcos Diegues, “trata-se de uma ação que podemos classificar como venda casada, uma prática considerada abusiva e portanto ilegal”.

Além disso, completa o assessor jurídico: “os instrumentos baixados através de normas, portarias, resoluções e assemelhados não podem se contrapor à lei, perante as quais eles são hierarquicamente inferiores”, informa Diegues, referindo-se ao Código de Defesa do Consumidor, que proíbe a prática de venda casada.

Por enquanto, a situação está totalmente indefinida, pois, se em algumas instâncias, os consumidores têm conseguido liminares e ganho ações, em outras, as companhias de telefonia têm levado a melhor. Mas, segundo a avaliação de Diegues, “as perspectivas são boas, temos fé de que a Justiça deverá dar ganho de causa à solicitação dos consumidores”. A popularização do acesso à Internet de alta velocidade agradece.

Tecnologia remota na era digital

Na edição 84, da RFS, Nivaldo Cleto mostrou algumas das principais novidades da COMDEX Fall 2002, ocorrida em novembro do ano passado, em Las Vegas - EUA. Nos dois últimos dias de sua visita à maior feira de informática do mundo, o colunista atestou que a tecnologia sem fio será a vedete dos próximos anos

Fotos: arquivo pessoal Nivaldo Cleto



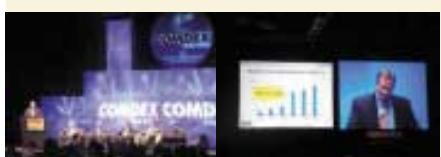
Handheld NEXiO S160, da Samsung: agenda de mão (PDA), de 230 g, sem fio, que permite acesso à web. À esq., a NEXiO, com miniteclado acoplado



Lançamento: Smart Display, da View Sonic: pranchetas móveis de cristal líquido, acopladas através do sistema wireless (sem fio) a uma CPU de computador, permite mobilidade ao usuário



Nivaldo Cleto escreve mensagem em um Table PC (ver coluna TI, RFS, edição 84)



Auditório onde ocorreram palestras proferidas por nomes como Bill Gates, da Microsoft; e Scott McNealy, da Sun Microsystems. Com capacidade para 3 mil pessoas, no local, foi montado sistema de transmissão em quatro gigantescas telas duplas, uma de vídeo e outra para o Data Show



Equipamento 'Mobius Axon Access Port' que, ligado a uma switch, transmitia o sinal para que os congressistas pudessem fazer a conexão com a Internet de dentro do pavilhão de exposições

No terceiro dia da feira, tive condições de visitar com mais calma o estande da Microsoft, o maior da COMDEX. A empresa colocou representantes em diversas ilhas, mostrando, na prática, como funcionam os seus aplicativos. O que me chamou a atenção foram os novos Smarts Displays, que são pranchetas móveis de

cristal líquido acopladas através do sistema wireless (sem fio) a uma CPU.

Este aparelho, com lançamento nos Estados Unidos previsto para janeiro de 2003, segundo Bill Gates, a princípio, será utilizado em residências, onde as pessoas podem pegar o display e levá-lo para qualquer lugar da casa, fazer os trabalhos,

navegar na web, enfim, fazer tudo que o PC normal faz, só que com um teclado digital, embutido na tela de cristal líquido.

Vale a pena vocês verem o filme de lançamento do Smart Display no seguinte endereço: <http://www.microsoft.com/windowsxp/smartdisplay/video.asp>.

No estande da Samsung, além

dos moderníssimos aparelhos de telefone celular e super telas de cristal líquido de 40 polegadas, encontrei uma agenda de mão (PDA), sem fio - Wireless Hand PC -, marca NEXiO S160 (peso de 230 g). Além de todas as funções de uma agenda, permite conexão à Internet, através do sistema operacional Windows CE.NET. Conseguir, com este PDA, acessar qualquer endereço da web, incluindo o site da Fenacon.

Em diversos locais do pavilhão existiam pontos de acesso ao programa da COMDEX para ser feito beam, isto é, baixar para as agendas PDAs Palms e Pockets PC toda a programação das palestras e localização dos expositores.

Após três horas visitando a feira, fui ao restaurante, comprei uma large Coke, um saquinho de batatas chips, coloquei meu laptop na mesa do bar e me conectei, sem fio, mais uma vez, à Internet. Liguei gratuitamente, via MSN Messenger, para meus filhos em São Paulo e fiquei uma hora conversando com eles sobre as provas de final de ano do colégio e sobre as novidades da Tecnologia.

Sinal

Nos últimos dias da COMDEX Fall 2002, a locomoção no pavilhão de exposição ficou mais fácil. Foi aí que eu pude observar ainda com mais calma uma das vedetes da exposição, que foi o sistema de acesso à Internet sem fio - Wireless Connecting Point, que a empresa Symbol, uma das líderes mundiais em tecnologia para computação móvel, disponibilizou para os congressistas.

A transmissão do sinal para a conexão com a web, dentro do pavilhão de exposições, foi feita através de um equipamento, ligado a um switch, chamado 'Mobius Axon Access Port' (maiores detalhes visitem o link: http://www.symbol.com/news/reporters_only/pl_mobius_aap.html).



Por Nivaldo Cleto

Soluções como estas são aplicadas nas empresas, escolas e diversos setores da indústria e comércio. Um exemplo de sucesso: na Pepsi foram adquiridos 5 mil PDT (Portable Data Terminal) 8000 Series Handheld Computers, da Symbol Technologies, para interligar o controle de estoques e logística em 123 Centros de Distribuição, nos Estados Unidos.

Terminalis como estes estarão cada vez mais presentes no nosso dia-a-dia. Quando devolvi o carro alugado em Las Vegas, no Aeroporto de Los Angeles, o agente vistoriador estava com um PDT na mão, onde mandava, em tempo real, a ordem para a fatura ser liberada e o valor automaticamente debitado no meu cartão de crédito. Foram 60 segundos entre a entrega do veículo e a liberação.

Destaques

Resumindo, posso considerar que as melhores empresas da COMDEX foram a Microsoft, que mostrou, na prática, como utilizar suas ferramentas, como o lançamento do sistema One Note,

permitindo que todas as anotações sejam convertidas em texto, transferidas, copiadas, coladas, com rapidez e interatividade.

Destaco também a HP, que lançou a impressora de fotos HP Photosmart 230; a Nokia e a Samsung, com lançamentos de aparelhos celulares que só faltam falar e pensar. Hoje, já podemos fazer tudo com um telefone celular: fotografar, filmar, receber e mandar mensagens, consultar agenda de compromissos, mapas de rua ponto a ponto, ouvir MP3, assistir filmes, dentre outras pequenas funções.

Cito ainda a Toshiba, com os laptops de última geração, lançando o Tablet PC Portégé 3.500, juntamente com sistemas PDAs integrados; e a Palm, sempre presente nas últimas exposições, sendo um dos estandes mais procurados e visitados, por apresentar diversas soluções corporativas e para sistema bluetooth (conexão sem fio).

Era digital

Outra atração da feira foram as pa-

lestras dos principais dirigentes das empresas de tecnologia do mundo, dentre eles, Bill Gates, da Microsoft; Scott McNealy, da Sun Microsystems; Peter Chernin, da Fox Group; e Brian Halla, CEO da National Semiconductor Corporation.

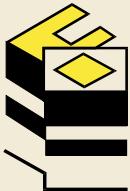
O que eu posso concluir deste festival de high technology é que as ferramentas disponíveis no mercado mundial farão com que a troca de dados e informações cheguem cada vez mais rápido em qualquer parte do planeta, pois tudo é interligado via redes sem fio, sistema de telefonia celular e satélite.

Passamos, nos últimos dez anos, por uma revolução das informações, com o advento da Internet, chamada de 'Era da Tecnologia da Informação'. Agora, eu não tenho dúvida, que o mundo, nos próximos dez anos, passará por uma nova era, a 'Era Digital Remota'.

Nivaldo Cleto é empresário contábil e diretor de Tecnologia e Negócios da Fenacon
ncleto@uol.com.br

Tron

Categorias econômicas representadas pelos sindicatos filiados à Fenacon



Os Sindicatos, devidamente congregados pela Fenacon, representam os segmentos econômicos abaixo discriminados, integrantes do Ordenamento Sindical do Grupo Terceiro, da Confederação Nacional do Comércio na forma de CLT e do Parágrafo IV do artigo oitavo da Constituição Federal (exceto se houver sindicato de representação específica). Assim, as empresas que devem recolher Contribuição Sindical e Confederativa aos Sindicatos Filiados são:

I - Empresas e escritórios de serviços contábeis e fiscais

(organizados ou não sob forma de pessoa jurídica)

01. Empresas de Contabilidade
02. Escritórios Fisco-Contábeis Autônomos
03. Empresas de Auditoria
04. Escritórios de Auditoria Autônomos
05. Empresas de Assessoria e Consultoria Contábil
06. Escritórios de Assessoria e Consultoria Contábil Autônomos
07. Empresas de Assessoramento Contábil
08. Empresas de Perícias Contábeis
09. Empresas de Informações Contábeis
10. Empresas de Pesquisas Contábeis

II - Empresas e escritórios de assessoria e assistência

11. Assessoria de importação e exportação e aduaneira
12. Assessoria de marketing e merchandising
13. Assessoria e assistência gerencial, econômica, financeira e fiscal
14. Assessoria e planejamento fiscal e contábil
15. Assessoria na área de crédito
16. Assessoria e assistência técnica rural
17. Assessoria da previdência privada
18. Assistência automobilística
19. Assistência e orientação a cooperativas habitacionais e agropecuárias
20. Assistência e projetos de cozinhas
21. Assistência e projetos agropecuários
22. Assistência e projetos de urbanização
23. Assistência e projetos de viabilidade técnica-econômica
24. Assistência e projetos de topografia, aerolevantamento e aerofotografia
25. Assistência e projetos de reflorestamento
26. Assistência e projetos de prospecção geofísica
27. Assistência e projetos na área de telecomunicações
28. Assistência e projetos urbanísticos e estudos ambientais
29. Assistência técnica de aparelhos e equipamentos
30. Assistência empresarial e gerencial

III - Empresas e escritórios de perícias e avaliações

31. Avaliações de empresas

32. Avaliações patrimoniais

33. Engenharia de avaliações

34. Avaliações e regularização de avarias marítimas

35. Perícias judiciais, trabalhistas e contábeis

36. Controle patrimonial

IV - Empresas e escritórios de consultoria

37. Consultoria empresarial
38. Consultoria na área de informática
39. Consultoria técnica e imobiliária
40. Consultoria financeira, econômica e fiscal

V - Sociedade de advogados

VI - Empresas e escritórios de administração

41. Administração de crédito
42. Administração de convênios
43. Administração de vale-transporte
44. Administração de vale-refeições (através de tíquete)
45. Administração empresarial
46. Administração de cartão de crédito
47. Administração de transporte e serviços portuários
48. Administração de clubes
49. Administração de recursos públicos
50. Administração de estradas e rodovias com cobrança de pedágio

VII - Empresas e escritórios de organização e coordenação

51. Organização de eventos
52. Exposições e feiras
53. Organização e promoção de venda de cartões de instituições e clubes
54. Organização e promoção de vendas de contratos de assistência técnica
55. Promoção de vendas e mala-direta
56. Organização e promoção de congressos e eventos

VIII - Empresas e escritórios de serviços

57. Serviços de cópias e fotocópias
58. Serviços de documentação e microfilmagem
59. Serviços de urbanismo, ajardinamento e ornamentos
60. Serviços de consertos em geral
61. Serviços de cobrança extrajudicial

62. Recursos humanos, seleção, recrutamento, treinamento e desenvolvimento

63. Agências de serviços terceirizados pela EBCT

64. Aerofotografia

65. Aerolevantamento

IX - Associações, clubes, entidades cooperativas

66. Clubes de proteção ao crédito
67. Clubes de diretores lojistas
68. Associações comerciais, industriais e de serviços
69. Associações de criadores rurais e de ruralistas
70. Câmaras de indústria, comércio e serviços
71. Sociedades civis e militares
72. Clubes de serviços
73. Centrais de abastecimento
74. Centrais de produtores rurais
75. Companhias de desenvolvimento
76. Bolsa de valores e mercadorias
77. Cooperativas de serviços e trabalho profissional (exceto serviços médicos e odontológicos)
78. Cooperativas habitacionais
79. Partidos políticos
80. Serviços de apoio a empresas

X - Agências de informações e pesquisas

81. Agências de Informações e pesquisas
82. Agências de colocação de fretes (centrais de fretes)
83. Agências de colocação de mão-de-obra (inclusive temporária)
84. Agências de marcas e patentes
85. Agências de recursos humanos

XI - Holdings societárias e fundos mútuos

86. Participações societárias
87. Administração patrimonial (exceto bens imóveis)
88. Administração de ações e quotas
89. Administração de bens e negócios
90. Administração de fundos mútuos e de previdência privada

* De acordo com o ordenamento do Sistema Confederativo de Representação Sindical da Confederação Nacional do Comércio - CNC, grupo terceiro

Embasamento legal da contribuição sindical

MISSÃO INSTITUCIONAL DOS SINDICATOS

Aos sindicatos, conforme previsto na Constituição Federal (artigo 8º), cabe a defesa dos interesses individuais e coletivos da categoria representada, inclusive em questões judiciais e administrativas, sendo obrigatória sua participação nas negociações coletivas de trabalho.

CUSTEIO DAS ATIVIDADES SINDICAIS - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (Art. 578 CLT)

Assim, para custear suas atividades, entre outras fontes, está prevista a Contribuição Sindical (antigo imposto sindical), disciplinada pelo artigo 578 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho.

DATA-LIMITE PARA O RECOLHIMENTO

No exercício de 2003, o recolhimento da contribuição sindical patronal, devida aos sindicatos pelos empregadores sediados em suas respectivas bases territoriais de representação, deverá ser efetuado até o dia 31 de janeiro de 2003, ou no dia útil imediatamente anterior se feriado regional.

FORMA DE RECOLHIMENTO

Tal recolhimento deverá ser realizado através de Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical – GRCS, junto à Caixa Econômica Federal.

CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO

O cálculo da contribuição sindical dos empregadores deve observar a tabela abaixo, editada pela Confederação Nacional do Comércio em conformidade com o artigo 21 da Lei 8.178, de 1º de março de 1991, artigo 2º da Lei 8.383, de 30 de dezembro de 1991 e Resolução CNC-SICOMÉRCIO n.º 011/97:

VALOR BASE: R\$ 130,98				
Linha	Classe de Capital Social (em R\$)		Aliquota(%)	Parcela a adicionar (R\$)
01	de 0,01	a	9.823,50	Contr. Mínima
02	de 9.823,51	a	19.647,00	0,8%
03	de 19.647,01	a	196.470,00	0,2%
04	de 196.470,01	a	19.647.000,00	0,1%
05	de 19.647.000,01	a	104.784.000,00	0,02%
06	de 104.784.000,01		em diante	Contr. Máxima
				78,59
				-
				117,88
				314,35
				16.031,95
				36.988,75

Alterdata

NOTAS:

- As firmas ou empresas e as entidades ou instituições cujo capital social seja igual ou inferior a R\$ 9.823,50, estão obrigadas ao recolhimento da Contribuição Sindical mínima de R\$ 78,59, de acordo com o disposto no § 3º do art. 580 da CLT (alterado pela Lei n.º 7.047 de 01 de dezembro de 1982);
- As firmas ou empresas com capital social superior a R\$ 104.784.000,01, recolherão a Contribuição Sindical máxima de R\$ 36.988,75, na forma do disposto no § 3º do art. 580 da CLT (alterado pela Lei n.º 7.047 de 01 de dezembro de 1982);
- Base de cálculo conforme art. 21 da Lei n.º 8.178, de 01 de março de 1991 e atualizado pela mesma variação da UFIR, de acordo com o art. 2º da Lei n.º 8.383, de 30 de dezembro de 1991, observada a Resolução CNC/SICOMÉRCIO N.º 015/2002;

CUIDADOS NO PREENCHIMENTO

É indispensável o preenchimento correto da GRCS, especialmente do campo 07 – CÓDIGO DA ENTIDADE SINDICAL, motivo pelo qual divulgamos os códigos sindicais que devem ser utilizados para cada sindicato.

MORA / PENALIDADES

Durante o primeiro mês de atraso no recolhimento da contribuição sindical patronal incidirá multa correspondente a 10% (dez por cento) de seu valor e, a partir do segundo mês de atraso, será acrescida sucessivamente de 2% (dois por cento) ao mês ou fração.

Em caso de mora, são ainda devidos juros, à razão de 1% (um por cento) ao mês ou fração, e correção monetária calculada de acordo com os coeficientes aplicáveis a débitos para com a Fazenda Nacional (artigo 600 da CLT). Além dos acréscimos decorrentes da mora, sujeita-se o inadimplente à imputação de multa pela Delegacia Regional do Trabalho, da ordem de 7.5657 até 7.565,6932 UFIR, segundo dispõe o artigo 598 da CLT e Portaria n.º 148, de 25 de janeiro de 1996, do Ministro de Estado do Trabalho.

CÓDIGOS DA ENTIDADE SINDICAL

Cada Sindicato Filiado tem seu código sindical. As guias entregues pelo seu Sindicato já vêm previamente preenchidas com o respectivo código. Caso sua empresa contábil não tenha recebido as guias, você poderá fazê-lo respeitando os seguintes códigos de área, conforme quadro na página seguinte.

CATEGORIAS REPRESENTADAS PELOS SINDICATOS FILIADOS

A relação apresentada na página 20 resume basicamente a representatividade dos Sindicatos.

OBSERVAÇÕES FINAIS

Demais informações e esclarecimentos podem ser obtidos diretamente no Sindicato (relação na página 2) com base territorial abrangente da localidade em que sediado o contribuinte, cuja orientação prevalece no cumprimento da contribuição sindical mencionada.

Códigos de área dos sindicatos filiados

REGIÃO SUDESTE		
Sindicato	Fundação	Registro Sindical
ES	22.01.93	002.365.04904-9
MG	20.12.90	002.365.04937-5
RJ	16.02.87	002.365.86767-1
SP	12.01.49	002.365.86257-2
SUL FLUM.	18.12.92	002.365.05022-5

REGIÃO SUL		
Sindicato	Fundação	Registro Sindical
APUCARANA	05.09.00	002.365.00000-7
BLUMENAU	05.09.97	003.365.89502-0
CAXIAS DO SUL	11.08.93	002.365.87490-2
Gde. Flor.	20.12.88	002.365.88511-4
LONDRINA	28.07.91	002.365.90169-1
PONTA GROSSA	02.09.94	002.365.00000-7
PARANÁ	09.09.88	002.365.88248-4
SC	15.09.84	002.365.02808-4

REGIÃO CENTRO OESTE / NORTE		
Sindicato	Fundação	Registro Sindical
DF	12.01.87	002.365.04303-2

AM	13.06.01	002.365.00000-7
AP	23.05.01	002.365.00000-7
GO	01.12.92	002.365.05474-3
MS	16.06.87	002.365.87924-6
MT	03.04.91	002.365.86025-1
PA	26.11.94	002.365.90145-4
RO	08.12.93	002.365.00000-7
RR	30.04.93	002.365.04959-6
TO	27.09.96	002.365.00000-7
AC	19.11.01	002.365.00000-7

REGIÃO NORDESTE		
Sindicato	Fundação	Registro Sindical
AL	12.03.97	002.365.89638-8
BA	07.12.94	002.365.00000-7
CE	12.12.88	002.365.88157-7
MA	13.08.97	002.365.90023-7
PB	22.06.94	002.365.90755-0
PE	08.02.93	002.365.88145-3
PI	21.06.99	002.365.90801-7
RN	16.06.96	002.365.00000-7
SE	24.09.91	002.365.04999-5

Prosoft

CNC